

**DINÂMICAS DE
POLÍTICA INTERNACIONAL
E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**A
MULTI-
DIMENSIO-
NALIDADE
DA PAZ**

JOSÉ MANUEL PUREZA
MARIA RAQUEL FREIRE
PAULA DUARTE LOPES
COORD.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP - Kindle Direct Publishing

ISBN IMPRESSO

978-989-26-1261-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-1262-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1262-1>

**DINÂMICAS DE
POLÍTICA INTERNACIONAL
E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**A
MULTI-
DIMENSIO-
NALIDADE
DA PAZ**

JOSÉ MANUEL PUREZA
MARIA RAQUEL FREIRE
PAULA DUARTE LOPES
COORD.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SUMÁRIO

Nota Introdutória. A Multidimensionalidade da Paz: Dinâmicas de Política Internacional e Resolução de Conflitos, <i>José Manuel Pureza, Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes</i>	7
CAPÍTULO 1 – Autodeterminação, Identidade e Poder no Conflito do Saara Ocidental, <i>Maria João Barata</i>	13
CAPÍTULO 2 – O Surgimento de Timor-Leste como uma Emergência Internacional, <i>Ramon Blanco</i>	41
CAPÍTULO 3 – A Paz dos «Pequenos Nadas»: um Olhar desde os «Laboratórios de Paz» na Colômbia, <i>Miguel Barreto Henriques</i>	69
CAPÍTULO 4 – O Direito pela Paz. Contributo para a Superação da «Síndrome das Duas Culturas» entre Relações Internacionais e Direito Internacional, <i>Mateus Kowalski</i>	101
CAPÍTULO 5 – Os Desafios da Paz e da Guerra no Sudão: uma Visão Crítica das Estratégias Dominantes de Resolução de Conflitos e <i>Peacebuilding</i> , <i>Daniela Nascimento</i>	131
CAPÍTULO 6 – Governança da Saúde Global: Construção, Incoerência e Assimetria?, <i>Ricardo Pereira</i>	159

CAPÍTULO 7 – Referendo(s) e Secessão: do Discurso à Prática, <i>Daniel Marcelino Rodrigues</i>	187
CAPÍTULO 8 – A Materialização de Identidades Nacionais em Estruturas Políticas não Soberanas: as Autonomias-Nação na Constituição Espanhola, <i>Filipe Vasconcelos Romão</i>	215
CAPÍTULO 9 – A Diplomacia Informal e Não-Governamental como Vetor de Transformação de Conflitos, <i>Jorge Tavares da Silva</i>	239
NOTAS BIOGRÁFICAS.....	263

CAPÍTULO 5
OS DESAFIOS DA PAZ E DA GUERRA
NO SUDÃO: UMA VISÃO CRÍTICA DAS
ESTRATÉGIAS DOMINANTES DE RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS E *PEACEBUILDING*

Daniela Nascimento

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais,

Faculdade de Economia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-6047>

Resumo: Apesar de nas últimas décadas ter havido um reconhecimento crescente da complexidade dos conflitos violentos contemporâneos, persiste uma certa tendência para sublinhar a centralidade das causas mais superficiais e imediatas dos conflitos e para negligenciar as causas mais estruturais dos mesmos. Do ponto de vista dos modelos de resolução e resposta a esses conflitos, as abordagens dominantes têm contribuído para a cristalização de uma agenda limitada de prioridades que favorece propósitos de estabilização política e secundariza garantias de natureza económica e social. Partindo deste enquadramento e focando-se especificamente no conflito Norte-Sul do Sudão entre 1955 e 2009, o objetivo deste capítulo é, por um lado, identificar e discutir as explicações dominantes sobre o conflito e, por outro lado, analisar criticamente o papel das estratégias dominantes de resposta ao mesmo, sublinhado a sua agenda limitada de prioridades e a forma como foram contribuindo para uma certa invisibilização das causas mais complexas que sustentaram (e

sustentam ainda) as dinâmicas de conflito nestes territórios. Com esta análise, argumenta-se que estratégias de paz eficazes neste quadro de conflitualidade implicam a desconstrução de imagens simplistas sobre os conflitos e uma resposta mais direcionada às desigualdades estruturais que normalmente caracterizam estes contextos.

Palavras-chave: Sudão; Sudão do Sul; paz; violências; *peacebuilding*

Abstract: Despite a growing recognition in recent decades of the complexity of contemporary violent conflicts, there is a tendency to underline the centrality of the most superficial and immediate causes of conflicts and to neglect their most structural causes. From the point of view of models for resolving and responding to these conflicts, the dominant approaches have contributed to the crystallization of a limited agenda of priorities that favours purposes of political stabilization and secondary guarantees of an economic and social nature. Starting from this framework and focusing specifically on the North-South conflict in Sudan between 1955 and 2009, the objective of this chapter is, on the one hand, to identify and discuss the dominant explanations of the conflict and, on the other hand, to critically analyze the role of dominant strategies for responding to it, underlining their limited agenda of priorities and the way they have contributed to a certain invisibility of the most complex causes that sustained (and still sustain) the dynamics of conflict in these territories. With this analysis, it is argued that effective peace strategies in this context of conflict imply the deconstruction of simplistic images about conflicts and a more targeted response to the structural inequalities that normally characterize these contexts.

Keywords: Sudão; South Sudan; peace; violences; *peacebuilding*

When you leave a person in his or her place, there is peace, but when you displace a person from his or her place, problems will start. When a person is not in his place, has no food, has no shelter, has no school, has no health service, there are looming problems and this is the beginning of war.

(Cardinal Zubeir Wako, Catholic Archbishop of Khartoum)

Na investigação mais recente e, de certa forma, dominante na área dos Estudos para a Paz, a análise e interpretação dos conflitos violentos tornou-se um exercício por vezes excessivamente simplista. Olhando à distância e a partir de um posicionamento essencialmente ocidental, desenvolvido e relativamente confortável do ponto de vista socioeconómico, a nossa capacidade para compreender totalmente os conflitos violentos pode ser surpreendentemente limitada e até perversa. De facto, é mais fácil encarar estes conflitos violentos como lutas bárbaras inevitáveis entre grupos que não podem coexistir num mesmo espaço em virtude das suas diferenças étnicas, religiosas ou culturais ancestrais. Ao mesmo tempo, este tipo de análises acaba por ser confortável na medida em que alimenta a ideia de que não há muito que possamos fazer para prevenir ou resolver estes conflitos ou, pelo menos, de que a nossa capacidade para nos envolvermos deve ser limitada. Neste sentido, as ações levadas a cabo por parte de atores externos tendem a conter artificialmente tensões que, de acordo com estas perspetivas dominantes, mais cedo ou mais tarde resultarão em violência e conflito. Contrariando essa tendência, e partindo da análise do conflito Norte-Sul no Sudão, até ao momento da secessão e consequente independência do Sul, este capítulo parte de um pressuposto e posicionamento distintos e sugere uma abordagem alternativa tanto às causas dos conflitos como às estratégias de resolução destes conflitos, particularmente em sociedades marcadas por uma forte diversidade etno-religiosa.

De facto, apesar de um número importante de conflitos armados contemporâneos se caracterizar por indiscutíveis dimensões étnicas ou religiosas, deve igualmente reconhecer-se que incorporam dinâmicas e causas políticas, sociais e económicas (Jeong, 2008: 9). Deste modo, a perceção progressiva sobre a ameaça que os conflitos violentos internos, na sua maioria concentrados no continente Africano, colocam à paz e segurança internacionais levou a que os países mais desenvolvidos tomassem consciência da importância de conter e resolver estas situações de violência interna (Duffield, 2001). O final da guerra fria marca claramente o início do reforço de um conjunto de formas de intervenção internacional em cenários caracterizados por conflito violento interno e duradouro. Esta espécie de «novo intervencionismo» caracteriza-se, na visão de autores como Mark Duffield, por uma visão algo simplista e perversa da periferia do sistema global como uma espécie de falhanço do projeto da modernidade (Duffield, 2001). De acordo com esta visão, o resultado deste tipo de intervenção tem sido a multiplicação dos designados «estados falhados» os quais criam as condições para a emergência das «novas guerras», maioritariamente internas e caracterizadas por novos atores e novas formas de violência (Kaldor, 1999). O diagnóstico externo destas «novas guerras» deu lugar a uma também inevitável terapia externa destinada a conter a instabilidade e a violência nessa mesma periferia. A definição e implementação de modelos e estratégias de resolução de conflitos e *peacebuilding* tem sido, assim, um traço característico da década de 1990, mas tem igualmente sofrido importantes mudanças e desenvolvimentos de acordo com as necessidades e prioridades dos principais atores externos envolvidos.

Ainda que reconhecendo a importância destes desenvolvimentos para as dinâmicas de resposta à violência e a conflitos violentos internos, neste capítulo apresentamos uma análise e avaliação críticas dessas abordagens à paz e aos conflitos caracterizadas por

processos acelerados de transformação destas sociedades em democracias liberais e economias de mercado, resultando, a nosso ver, numa estratégia limitada e frequentemente contrária aos objetivos de promoção da paz e estabilidade (Dodson, 2006: 245). De facto, tanto na teoria como na prática dominantes em termos de resolução de conflitos e *peacebuilding*, por exemplo, o papel das desigualdades socioeconómicas e, conseqüentemente, o caráter fundamental dos direitos de natureza económica e social são, frequentemente, negligenciados em detrimento de uma ênfase quase exclusiva nos processos de democratização assentes nos direitos e garantias civis e políticas. Ao apresentar estas abordagens como limitadas e insuficientes tanto na identificação e reconhecimento das causas mais profundas dos conflitos como na definição de respostas mais eficazes às necessidades mais profundas das populações afetadas pelas dinâmicas de violência, partimos do pressuposto de que para melhor e mais eficazmente promover uma paz sustentável nestes contextos se torna fundamental um diagnóstico rigoroso das causas múltiplas e complexas destes conflitos. Nestes contextos tal inclui, acima de tudo, uma análise aprofundada da situação em termos de direitos e garantias económicas e sociais dos diferentes grupos.

A análise empírica deste capítulo centrar-se-á no conflito entre o Norte e o Sul do Sudão e que opôs, durante várias décadas, o governo muçulmano de Cartum aos rebeldes do Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A) e relativamente ao qual as narrativas sobre o conflito se têm cingido a interpretações simplistas baseadas nas diferenças religiosas entre as partes beligerantes e que, de alguma maneira, foram alimentando as próprias dinâmicas de conflito e violência. Após várias décadas de esforços políticos e diplomáticos visando a sua resolução, este conflito tem o seu fim formal a 9 de janeiro de 2005 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). A análise deste conflito em particular tem como primeiro objetivo contribuir para um entendimento mais amplo e

rigoroso sobre as origens múltiplas do longo conflito que marcou praticamente toda a história do Sudão desde a sua independência, focando-se nas múltiplas variáveis e fatores subjacentes e que não são normalmente tidos em conta, tais como as desigualdades socioeconómicas e as políticas e lógicas enraizadas de marginalização de diferentes grupos, e que neste caso colocaram em causa as possibilidades de alcançar uma paz duradoura no país. Em segundo lugar, procura-se igualmente entender se e como os direitos económicos e sociais foram sendo considerados como parte integrante do AGP. O argumento aqui apresentado é o de que as estratégias de paz promovidas e implementadas pelos vários atores – internos e externos – envolvidos no processo de paz assentaram, no essencial, em assunções genéricas e falaciosas sobre as causas do conflito e que acabaram por reproduzir e perpetuar lógicas de desigualdades mais invisíveis e complexas, tornando extremamente frágil a paz no território, em particular no Sul.

Os desafios da reconstrução e da paz: o combate às desigualdades socioeconómicas como uma estratégia alternativa de resposta a conflitos violentos?

Uma das preocupações subjacentes a esta proposta é a ausência de uma pesquisa sistemática e aprofundada sobre as estratégias mais adequadas e eficazes para lidar pacificamente com conflitos que incluem não apenas uma dimensão étnica e religiosa, mas também dinâmicas socioeconómicas fraturantes. O papel destas fraturas no quadro dos conflitos violentos é frequentemente mal-entendido e negligenciado, dando azo a respostas ineficazes e contraproducentes baseadas em interpretações distorcidas e/ou incompletas sobre a realidade dos conflitos. Apesar de a bibliografia e debate em torno das causas dos conflitos internos em sociedades multi-

étnicas e multirreligiosas estar relativamente bem desenvolvida, a maioria das análises tende a focar-se no papel primordial que as divisões étnicas e religiosas existentes desempenham no surgimento e perpetuação da violência. Uma vez que muitos grupos lutam e se organizam a partir da percepção de uma pertença a uma cultura comum (étnica ou religiosa) é clara a tendência para associar estes conflitos a «paixões» étnicas primordiais que os tornam inevitáveis e quase impossíveis de prevenir e/ou resolver. Contudo, a nosso ver, esta é uma visão falaciosa e incorreta desses conflitos e que procura desviar a atenção das suas causas políticas, económicas e sociais mais profundas (Stewart, 2002: 342). Como consequência, os modelos e estratégias de resolução e reconstrução dominantes tendem a focar-se em respostas que privilegiam a inclusão e participação civil e política de grupos específicos da sociedade. Estas estratégias e políticas tendem a ser igualmente marcadas por uma tendência para ignorar, ou pelo menos obscurecer, formas mais invisíveis de desigualdade que, em determinadas condições, se tornam (ou podem tornar-se) fontes de conflito violento.

Apesar destas limitações, é importante também reconhecer algum trabalho existente nesta área e que tem procurado desvendar as causas mais complexas de conflitos considerados irresolúveis ou duradouros¹ (Ramsbotham, 2005a: 110), focando-se numa análise mais aprofundada do comportamento humano e do seu ambiente envolvente (Jeong, 2008: 3), fatores considerados cruciais para um conhecimento mais sólido e completo sobre estes conflitos, em particular em sociedades profundamente divididas. Neste contexto, a teoria de Edward Azar sobre *protracted social conflicts* – ou conflitos prolongados – torna-se bastante útil para a compreensão

¹ Na bibliografia em inglês, *intractable conflicts* ou *protracted social conflicts* são os termos mais frequentemente usados para fazer referência a estes conflitos.

destas dinâmicas de conflito e, apesar de considerada algo datada² continua a oferecer pistas importantes e interessantes para um entendimento mais amplo e rigoroso das dinâmicas e causas de conflitos no pós-guerra fria (Ramsbotham, 2005a: 109). Edward Azar foi um pioneiro neste tipo de investigação, a qual desenvolveu a partir da abordagem de John Burton que enfatizava a centralidade da noção das «necessidades humanas básicas» nas teorias sobre conflitos e considerava que noções como justiça distributiva ou segurança são fundamentais para a existência de uma sociedade pacífica e estável (Porto, 2008: 61). De acordo com Azar, o fator crítico em conflitos desta natureza (*protracted social conflicts*), tais como os do Líbano, Sri Lanka, Etiópia ou Sudão, foi

[...] a luta prolongada e frequentemente violenta entre grupos comunitários por essas mesmas necessidades básica de segurança, reconhecimento e aceitação, acesso livre às instituições políticas e participação económica. (Ramsbotham, 2005a: 113)

A preocupação tradicional e realista focada nas relações entre Estados foi colocando de parte um entendimento mais aprofundado sobre as dinâmicas dos conflitos violentos, limitando e pondo em causa a capacidade real para os resolver. Neste sentido, a proposta de Azar procura trazer para a análise outro tipo de fatores e dinâmicas que são fundamentais para qualquer exercício rigoroso de análise e interpretação destes conflitos, enfatizando as causas que assentam predominantemente dentro e entre sociedades e grupos, a partir da identificação de quatro tipos de variáveis que funcionam como precondições potencialmente geradoras de dinâmicas de violência (Ramsbotham, 2005a: 114). A primeira pré-condição identificada por Azar é o conteúdo comunitário de uma determinada sociedade,

² Foi elaborada no início dos anos 1990.

a qual sublinha a importância dos grupos identitários – raciais, étnicos, religiosos. De acordo com esta visão, se uma sociedade se caracteriza por uma composição multiétnica ou multirreligiosa, a probabilidade de conflito violento torna-se maior. A conjugação destas diferentes características com o legado colonial do país, bem como o padrão histórico de rivalidade e competição entre os diferentes grupos torna-os politicamente mais ativos e mais propensos à violência e instabilidade (Azar, 1990: 7).

Em segundo lugar, e a partir da teoria de Burton sobre as necessidades humanas não satisfeitas, Azar considera que a sobrevivência individual e/ou de uma comunidade depende da satisfação das suas necessidades materiais (Azar, 1990: 7). Nesse sentido, a privação das necessidades humanas nestas sociedades torna-se uma fonte crucial de violência e de conflito duradouro. Contrariamente aos interesses, as necessidades são ontológicas e não negociáveis (Ramsbotham, 2005a: 115), mas nem sempre são plena e/ou equitativamente satisfeitas. Como consequência, os ressentimentos resultantes da privação de certas necessidades podem ser, e frequentemente são, expressos de forma coletiva e violenta. Em virtude da distribuição desigual dos recursos e do desenvolvimento, muitos grupos são marginalizados criando um conjunto de respostas com vista a contrariar e/ou reverter a situação, e que muitas vezes implicam o recurso à violência. Neste contexto, os fatores sociais e económicos são, assim, também cruciais para a compreensão dos conflitos internos violentos. Ao enfatizar as questões de segurança, desenvolvimento, inclusão política e respeito pela identidade como os tipos de necessidade mais fundamentais, chama igualmente a atenção para um entendimento mais amplo sobre essas mesmas necessidades, bem como sobre os seus diferentes significados para os diferentes grupos e comunidades:

Reduzir [a probabilidade de] conflito requer a redução dos níveis de subdesenvolvimento. Grupos que procuram satisfazer as

suas necessidades identitárias e de segurança através do conflito procuram efetivamente uma mudança na estrutura da sociedade. [...] Estudar conflitos sociais prolongados leva à conclusão de que a paz significa desenvolvimento no sentido mais amplo do termo. (Azar, 1985: 69)

Edward Azar sublinha, ainda assim, que a negação das necessidades materiais per se não é causa de conflitos (Azar, 1990: 9), mas a falha ou incapacidade em responder à situação por parte dos governos pode contribuir para a emergência de conflitos desta natureza. Nesse sentido, estratégias tradicionais de negociação e mediação são importantes para alcançar oportunidades no curto-prazo, mas a resposta às causas fundamentais dos conflitos requer estratégias mais amplas e de longo-prazo (Ramsbotham, 2005a: 120).

A terceira pré-condição identificada na proposta teórica de Azar diz respeito aos modelos de governação e ao papel do Estado, a autoridade política responsável pela satisfação ou negação dessas necessidades humanas fundamentais. Deste modo, um governo justo e equitativo deverá ser capaz de satisfazer as necessidades humanas de todos, independentemente das clivagens identitárias entre os diferentes grupos, promovendo assim o desenvolvimento e a estabilidade (Azar, 1990: 10). Relativamente ao papel do Estado como um fator essencial para a satisfação ou privação das necessidades materiais dos vários grupos na sociedade, Azar sublinha a tendência para os países que experienciam este tipo de conflitos serem governados por governos incompetentes e/ou autoritários e que não cumprem devidamente as suas responsabilidades.

Por fim, a quarta pré-condição diz respeito às ligações internacionais de um Estado em conflito. Estas são definidas como as ligações políticas e económicas de dependência com o sistema internacional e/ou as relações políticas e militares estabelecidas através de padrões de clientelismo regional ou global (Ramsbotham, 2005a:

116) e que muitas vezes exacerbam as dinâmicas internas de negação das necessidades de certos grupos, distorcendo e fragilizando as estruturas e sistemas políticos e económicos internos (Azar, 1990: 11). Em suma, esta tipologia de conflito tende a ocorrer quando certas comunidades ou grupos são privados das suas necessidades básicas com base na sua identidade e em resultado da interligação com outros fatores internos e externos. Torna-se, assim, claro que a privação é o resultado de uma complexa relação causal envolvendo o papel do Estado e as suas ligações internacionais, associadas a lógicas e especificidades comunitárias internas. Tendo em conta estas dinâmicas múltiplas e complexas, estes conflitos duradouros e enraizados tendem a colocar enormes desafios a todos aqueles que se envolvem nos processos de resolução e *peacebuilding*. A natureza aparentemente irresolúvel destes conflitos sugere assim que as abordagens convencionais que os procuram interpretar e resolver são normalmente definidas de forma muito limitada, mostrando-se incapazes de responder às lógicas mais profundas que alimentam e sustentam estes conflitos.

Até agora procurámos contrariar a assunção geral de que uma maior heterogeneidade étnica ou religiosa numa sociedade constitui, por si só, um risco adicional de conflito em virtude das tensões e antagonismos históricos entre os diferentes grupos. Ao fazê-lo, não pretendemos, contudo, fazer tabula rasa da influência que o tecido étnico ou religioso pode potencialmente ter na instabilidade de uma sociedade, mas antes sublinhar que tal não funciona, nem pode ser visto como funcionando, como uma variável exclusiva ou primordial. Pretende-se, com esta análise, abrir o debate em busca de análises mais profundas e rigorosas sobre os conflitos internos violentos às quais se possam adequar estratégias de resolução e/ou reconstrução mais eficazes e sustentáveis.

Assim, uma das conclusões fundamentais que podemos retirar desta análise é que as causas dos conflitos são altamente comple-

xas, com processos em que os fatores étnicos e religiosos, ainda que presentes e reais tendem a assumir um papel mais secundário enquanto causas de conflito (Hasenclever and Rittberger, 2000: 673). A competição entre diferentes grupos por recursos cada vez mais escassos, a necessidade de suprir e satisfazer as necessidades de que o próprio Estado não quer ou não pode garantir, as condições de pobreza e colapso social bem como as assimetrias de poder existentes nestas sociedades contribuem, em conjunto, para o reforço da divisão entre grupos étnicos e religiosos (Ferreira, 2005: 69), vista muitas vezes como a causa desses conflitos. A incapacidade de perceber o caráter mutável e dinâmico das identidades étnicas e religiosas pode fazer com que se percam importantes oportunidades para a paz. O contributo de abordagens e entendimentos alternativos tais como os propostos por Edward Azar, os quais são baseados numa interpretação mais estrutural das causas e fatores que podem gerar conflito, é essencial para ultrapassar visões e análises mais simplistas (e até perigosas) que relacionam a diversidade étnica e religiosa de uma sociedade com uma inevitável tendência para o conflito violento. O projeto de paz liberal, que ganha forma e centralidade sobretudo a partir do final da guerra fria como resposta às dinâmicas de violência e conflito violento a nível internacional de alguma maneira tem subjacente este entendimento mais simplista, procurando transformar países «disfuncionais» e dilacerados pelo conflito situados na periferia do sistema mundial em Estados funcionais, cooperativos e estáveis (Duffield, 2001: 11). Do ponto de vista político, o modelo implica democratização, enquanto do ponto de vista económico promovem-se as condições para o estabelecimento e consolidação de uma economia de mercado como formas de prevenir retorno à violência e ao conflito. Contudo, apesar dos esforços para definir instrumentos e políticas para resolver e prevenir conflitos com base na agenda da paz liberal, os resultados não têm sido particularmente bem-sucedidos (Nkundabagenzi,

1999: 280). Apesar de ajudarem a criar alguma consciência sobre as causas múltiplas e complexas dos conflitos, estas estratégias e políticas acabaram por cristalizar uma agenda muito limitada e desequilibrada de prioridades que favorecia claramente os direitos e instituições civis e políticas e negligenciava os direitos de natureza económica, social e cultural. Deste modo, o suposto consenso em torno do modelo liberal de *peacebuilding* que se foi consolidando ao longo de toda a década de 1990 é aqui visto como questionável pela forma superficial como interpreta e avalia não só as causas dos conflitos, mas também as prioridades no pós-conflito, promovendo uma agenda que deliberadamente esvazia os direitos económicos e sociais das sociedades visadas e ignora as causas mais estruturais dos conflitos. As crises de violência contínuas em África e na América Latina, por exemplo, foram demonstrando que os conflitos violentos se tornavam mais frequentes em países com baixos índices de desenvolvimento e de inclusão e equidade socio-económica (Ellingsen, 2000: 238). Nesta lógica, se um país possui instituições e estruturas políticas e económicas discriminatórias entre grupos que criam e alimentam dinâmicas de desigualdade e exclusão, a probabilidade de violência é maior (Brown, 1997: 9). Assim, o enfoque na estabilização e ordem política e militar como prioridades no pós-conflito é claramente insuficiente para por fim a este tipo de conflitos violentos onde as rivalidades étnicas ou religiosas são exacerbadas por lógicas de desigualdade política e económica (Jeong, 2005: xi).

Esta situação reflete, de alguma maneira, uma lacuna importante entre a teoria e a prática no que diz respeito aos direitos humanos bem como as múltiplas falhas dos modelos de *peacebuilding* dominantes, tanto do ponto de vista conceptual como da sua implementação. A tendência perversa para traçar uma linha divisória e bastante rígida entre direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais ignora e subestima, portanto, a necessidade de

uma ação global e conjunta assente nos princípios de indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos aplicados também aos processos de resolução de conflitos e *peacebuilding*. Como menciona Pugh (2005: 1), as políticas económicas neoliberais normalmente associadas ao projeto da paz liberal têm-se tornado parte essencial dos programas de reconstrução económica em contextos de pós-conflito violento praticamente sem qualquer contestação. Como consequência, estes modelos de assistência internacional e de reconstrução em contextos de conflito e pós-conflito violento tendem a reproduzir e perpetuar as falhas e problemas das já frágeis estruturas políticas e económicas existentes, obscurecendo ainda mais as causas potenciais de violência nestas sociedades onde as desigualdades socioeconómicas são estruturais e profundamente enraizadas. Como Jeong refere, a ideia de uma paz sustentável baseada apenas em noções de justiça [política] torna-se um objetivo ilusório e insuficiente se promovida na ausência de uma perspectiva de mudança estrutural e de longo-prazo em cenários com estas características (Jeong, 2005: 18). O reconhecimento da existência de vários tipos de fatores potenciadores de conflitos violentos, de natureza mais material e estrutural (tais como as desigualdades não só políticas como também sociais e económicas) tornam-se elementos fundamentais para a definição de estratégias alternativas para prevenir e resolver conflitos desta natureza. De acordo com esta perspectiva, torna-se claro que a ausência de desenvolvimento socioeconómico e de estruturas de distribuição equitativa de recursos pode assumir-se como uma fonte poderosa de violência na sociedade. A ausência ou negação de acesso a infraestruturas básicas, oportunidades de emprego, educação ou serviços de saúde pode gerar fricções na sociedade que, em última instância, se podem manifestar sob a forma de conflito violento. Evitar esta situação requer uma mudança real das estratégias promovidas não apenas ao nível político, mas sobretudo de estruturas económicas e sociais

capazes de contrariar e responder às formas mais estruturais de opressão (Richmond, 2007: 88). Apesar de aparentemente óbvias, estas propostas não são normalmente parte das agendas dominantes de resolução de conflitos e *peacebuilding*, as quais tendem a considerar a pobreza e as desigualdades apenas ao nível dos indivíduos e não como fenómeno de grupo (Stewart, 2002a: 3), e muito menos como causa potencial de conflito violento. Ainda que exista suficiente ênfase na pesquisa e prática sobre questões culturais e psicológicas, não tem sido dada atenção devida às questões de justiça social e desigualdade socioeconómica como causas potenciadoras de conflito. Contudo, estas preocupações mais estruturais têm de ser entendidas e levadas em conta na análise sobre os comportamentos de grupo e os processos sociais relevantes na gestão de tensões e animosidades entre si (Jeong, 2010: 104).

Ainda que reconheçamos a existência de vários tipos de conflitos diferentes e o facto de cada um ter as suas próprias características e dinâmicas, tornando impossível (e indesejável) a definição de fórmulas universalmente aplicáveis para a sua interpretação e resolução, partilhamos do argumento avançado por alguns autores que defendem que quando a desconfiança e animosidade entre grupos resultam de um sistema estrutural de dominação e insegurança de uns sobre outros, então a mudança estrutural destas estruturas é crucial para evitar e/ou gerir conflitos violentos (Burton apud Jeong, 2010: 106). Quaisquer estratégias de paz que se pretendam eficazes e bem-sucedidas requer, pois, a anulação dos desafios e obstáculos estruturais a uma paz sustentável. Tal como é referido por Daley:

uma definição ampla de paz, que inclua justiça social, apenas pode ser operacionalizada através de políticas [...] que respondam [positivamente] às questões de igualdade de acesso de todos os cidadãos aos recursos do Estado [...]. (Daley, 2006: 316)

O argumento subjacente a esta análise, e que será demonstrado pelo estudo de caso na secção seguinte, é o de que, à luz da proposta teórica de Azar, esses fatores e desigualdades económicas e sociais estruturais entre diferentes grupos numa sociedade devem ser considerados importantes catalisadores de violência e que por isso devem ser devidamente tidos em conta nas estratégias de resolução de conflitos e de *peacebuilding*.

O conflito Norte-Sul do Sudão: sobre tornar as invisibilidades visíveis e responder às desigualdades para promover a paz

Mais do que por uma história de conflito violento, o Sudão foi sempre marcado por uma história de profunda exclusão de partes significativas da população e da qual os longos períodos de violência foram uma expressão trágica. De facto, foram vários os grupos que ao longo da história sudanesa foram repetida e sistematicamente excluídos da vida política, económica e social do país, numa tendência que foi sendo perpetuada e moldada desde o período colonial nos séculos XIX e XX e que continuou após a independência do território em 1956. Existem, pois, importantes padrões de desigualdade e exclusão políticas, mas também económica e social que há muito afetam e influenciam o desenvolvimento e exercício do poder estatal no país. Esta situação ajuda a perceber o processo e as consequências do subdesenvolvimento do país, bem como as perceções algo distorcidas sobre o papel da religião e etnicidade no Sudão, e o seu real potencial de conflito e violência. O Sudão é um país claramente heterogéneo tanto do ponto de vista étnico – 52% Negros, 39% Árabes, 6% Beja, 2% estrangeiros e 1% pertencente a outras etnias –, como do ponto de vista religioso – 70% Muçulmanos Sunitas, 25% Animistas e 5% Cristãos (Sosa, 2004: 125). Esta diversidade étnica e religiosa está também bastante bem

refletida do ponto de vista geográfico, com os Muçulmanos árabes concentrados maioritariamente a Norte e os Cristãos e Animistas Africanos concentrados maioritariamente a Sul do território, o que tem levado a que as raízes históricas do conflito entre o Norte e o Sul sejam frequentemente sub-representadas (Johnson, 2003: 1) em virtude da associação a interpretações superficiais baseadas no papel primordial da etnia e religião como fontes de conflito.

Contudo, a nosso ver, a história e conflitos no Sudão são bem mais complexos. De facto, a extraordinária complexidade do país torna muito difícil a explicação do conflito Norte-Sul em simples termos culturais, étnicos ou religiosos. O que tem sido tradicional e frequentemente considerada uma guerra entre Muçulmanos e Cristãos/Animistas foi progressivamente sendo ampliada com a introdução de outras fraturas características da sociedade sudanesa, a nosso ver, muito além das tradicionais divisões entre Norte e Sul, Árabes e Africanos, Muçulmanos e não-Muçulmanos (Johnson, 2003). Tal acentuou e aprofundou significativamente as desigualdades socioeconómicas existentes e a agenda de desenvolvimento profundamente desequilibrada que foi sendo promovida no país foi-se assumindo, como vamos ver, como uma das principais causas do conflito. Ao mesmo tempo, as estratégias e soluções aplicadas ao longo dos anos para resolver este conflito e promover a paz tenderam a anular e invisibilizar as dinâmicas e desigualdades mais complexas que sustentaram e reproduziram a violência. Além disso, estas mesmas estratégias de paz têm sido, em larga medida, baseadas em entendimentos genéricos e falaciosos sobre a realidade sudanesa que contribuíram para a reprodução e perpetuação de desigualdades de grupo mais invisíveis e complexas, tornando a paz e a estabilidade no território extremamente frágeis. Neste contexto, as desigualdades socioeconómicas profundas e as difíceis condições de vida das populações, em particular no Sul, não foram devidamente tidas em conta nas estratégias de resolução e *peacebuilding*

implementadas e, a nosso ver, o Acordo Geral de Paz assinado em 2005 acabou por ficar refém dessas ausências.

O AGP foi, sem dúvida, um passo importante na luta pela paz no Sudão, mas ficou igualmente marcado por alguns elementos que alimentaram algum ceticismo relativamente à sua real capacidade de promover uma paz sustentável no território, em particular no Sul que vive atualmente uma situação de grande instabilidade política e económica e de retorno à violência agora enquanto Estado independente.³ De facto, o AGP acabou por efetivamente não ser um acordo capaz de responder efetivamente às causas mais profundas do conflito, nomeadamente as lógicas mais enraizadas de desigualdade e marginalização socioeconómica da população, em particular no Sul. Ao invés de se basear num processo coordenado e amplo de inclusão só política, mas também social e económica dos vários grupos da sociedade sudanesa, os esforços de paz no Sudão serviram essencialmente o reforço das divisões intergrupais, contribuindo até para a própria separação territorial do país e para o exacerbamento de outras divisões além do Sul, nomeadamente no Darfur e no Leste, alimentadas por processos de paz separados e individualizados sem perceber as ligações existentes. A nosso ver, esta lógica de compartimentalização de questões e situações que estão profundamente interligadas, como as lógicas de violência no Sudão têm estado, não é uma estratégia de paz viável nem desejável uma vez que reforça as desigualdades e problemas já existentes, ainda que invisibilizados.⁴

³ Lembre-se que à luz do previsto no AGP, a população do Sul teve oportunidade de se pronunciar em referendo organizado em 2011 sobre o seu futuro, tendo votado maioritariamente a favor da secessão relativamente ao Norte e, logo, da independência do território a qual foi formalmente reconhecida em julho de 2011.

⁴ Um outro erro e mal-entendido comum e frequente no quadro do modelo de *peacebuilding* é o pressuposto de que resolver conflitos e promover a paz significa apenas chegar a acordo sobre os mecanismos de partilha de poder e de recursos. Este foi claramente um pressuposto que caracterizou sempre os esforços de paz no

Para além disso, houve igualmente uma clara falta de capacidade – ou de vontade – para compreender que o conflito no Sudão nunca foi apenas uma questão de rivalidades políticas entre o Norte e o Sul, mas sim um conflito gerado por várias formas de marginalização política, económica e social visando maioritariamente [mas não exclusivamente] as populações do Sul (Itto, 2006). Nesse sentido, o próprio processo que culminou com a assinatura do AGP foi caracterizado por importantes elementos de exclusão e marginalização: de certas regiões e populações, de certos interesses, de certos direitos e de certas questões de importância fundamental para a paz, sem que se promovesse um sentimento de apropriação do processo por parte de toda a população. Em resultado disso, a situação social, económica e até humana está longe de ser a ideal, tanto no Sudão do Norte como no Sudão do Sul, um cenário que foi transparecendo nos últimos Relatórios de Desenvolvimento Humano, nos quais o Sudão e o Sudão do Sul aparecem sistematicamente nos lugares mais baixos em termos de índice de desenvolvimento humano.

No Sul do Sudão, a situação está ainda mais deteriorada, com as várias décadas de conflito violento e de marginalização a contribuir para uma situação ainda mais difícil do ponto de vista de desenvolvimento e recuperação política, económica e social e em particular desde a independência em 2011. Os níveis de pobreza e desigualdade continuam extremamente elevados e as políticas socioeconómicas levadas a cabo não têm nem respondido às necessidades das pessoas nem correspondido às expectativas criadas pelo acordo de paz. Ao mesmo tempo, a realidade política no Sul fica marcada, à data da independência, por uma estrutura de governo extremamente perme-

Sudão entre o governo de Cartum e os rebeldes do Sul, nomeadamente nos acordos de Machakos e Naivasha – mas também outros cenários de conflito como Angola, Moçambique, Quênia, Burundi, Libéria ou Serra Leoa –, onde os arranjos de partilha de poder político predominaram com vista a reduzir a ameaça de retorno ao conflito, dando às partes beligerantes uma vantagem e garantia dos seus próprios interesses.

ável a lógicas de corrupção e autoritarismo, tornando as perspectivas de mudança estrutural ao nível político, económico e social e de paz sustentável pouco prováveis. O cenário no Sul do Sudão fica ainda agravado por níveis consideráveis de incerteza relacionados com a viabilidade política e económica futura de um território que, apesar da riqueza em termos de recursos (em particular petróleo), não possui nem as infraestruturas necessárias para a sua exploração e capitalização, nem uma estrutura governativa capaz de lidar com as várias pressões e desafios internos, regionais e internacionais que ainda contribuem para a manutenção e até reforço das lógicas de exclusão e desenvolvimento desigual. Também a crescente perceção de pobreza e desigualdade por parte da população do Sul, alimentada pelas condições de vida precárias contribuiu para alguns episódios de violência e tensão entre os vários grupos em particular após julho de 2013.⁵ A violência entre as forças governamentais e as forças apoiantes da facção dita rebelde liderada por Machar agudizou-se significativamente, resultando em milhares de mortos e deslocados internos (BBC, 2014), e em fuga e busca de proteção nos países vizinhos ou em áreas controladas pelas Nações Unidas. Esta dinâmica de instabilidade e os resultantes episódios de violência extrema e continuada, contribuíram igualmente para o avivar das questões e explicações relacionadas com a dimensão étnica que pode estar na base destes conflitos e disputas e que essencialmente se prende com a divisão entre os grandes grupos étnicos dominantes no território: os Nuer (considerados pro-Riek

⁵ Altura em que o Presidente Salva Kiir destituiu todo o governo e reforçou o seu poder e controlo sobre a vida política do país. Mais recentemente, as ondas de violência e instabilidade foram-se agudizando com alegadas tentativas de golpe de Estado levadas a cabo pelo ex-Vice-Presidente Riek Machar (cargo que ocupara até à destituição do governo) e seus apoiantes armados e a partir de dezembro de 2013 o país mergulha numa luta de poder entre as diferentes facções políticas e militares do SPLM – por um lado a facção liderada por Salva Kiir e, por outro, a facção liderada por Riek Machar.

Machar) e os Dinka (considerados pró-Salva Kiir). Se, por um lado, é verdade que estas pertenças e divisões étnicas foram ganhando espaço no seio do SPLM desde o início da preparação das eleições que se realizaram em 2015 até aos acontecimentos mais recentes, por outro lado, é importante não descurar que as tensões entre as diferentes fações estão também relacionadas com suspeitas dentro do partido de que o atual Presidente estaria na altura a preparar um programa governativo mais conservador e anti-reformas iniciando uma era mais autoritária e repressiva (ISS Africa, 2013).

Neste contexto, e a partir desta análise, é possível afirmar que não só a negociação do AGP, como sobretudo a sua implementação, deixaram de lado a identificação das, e resposta às, necessidades mais imediatas e estruturais das populações do Sul. Nesse sentido, e uma vez que a pobreza e desigualdade se mantém e acentuam mesmo após o fim formal do conflito, colocando em causa as perspetivas e objetivos de paz sustentável, fica clara a necessidade de reverter processos desta natureza através de políticas e estratégias de paz e de desenvolvimento eficazes e que visivelmente respondam às causas mais profundas da violência e do descontentamento generalizado da população e às lógicas de instrumentalização política geradoras de mais tensão e violência. O reconhecimento e garantia de direitos e oportunidades iguais aos vários grupos, bem como o respeito pelas suas múltiplas identidades étnicas e religiosas existentes tanto no Norte como no Sul é, pois, um passo fundamental para se alcançar a tal paz sustentável tão desejada no quadro da paz liberal, mas que se tem tornado um objetivo cada vez mais ilusório.

Conclusão

A multiplicidade de conflitos violentos em especial após o final da guerra fria tornou a teoria e a prática na área da resolução de

conflitos e do *peacebuilding* particularmente importantes e desafiantes, em especial no contexto de conflitos internos envolvendo tanto grupos etno-sociais e culturais diferentes como grupos que se sentem excluídos e marginalizados pela autoridade central e pelas estruturas governativas existentes e às quais estão subordinadas (Omeje, 2008: 68). Contudo, a visão dominante resultante deste enfoque em conflitos violentos internos tem dado clara prioridade a interpretações que sublinham o papel crucial, se não mesmo decisivo, das identidades étnicas e religiosas primordiais como fonte de conflito. O resultado é uma classificação recorrente, simplista e quase sempre acrítica desses mesmos conflitos violentos como ‘guerras étnicas’ ou ‘guerras religiosas’, desviando assim a atenção de dinâmicas mais profundas, invisíveis e mais complexas que estimulam e alimentam essa mesma violência e limitam o desenvolvimento de estratégias de resolução e prevenção, mas também de reconstrução mais eficazes e sustentáveis (Porto, 2008: 57).

O que pretendemos demonstrar com esta análise é que não existe uma causa única e isolada, uma vez que estão presentes um conjunto de fatores mais complexos e interrelacionados que originam e alimentam conflitos desta natureza. O conflito que durante várias décadas opôs o Norte e o Sul do Sudão é, como vimos, um bom exemplo disto mesmo. Citando Michael Brown (1997: 4), «A busca por um único factor [...] que explique tudo é comparável à busca pelo Santo Graal – nobre, mas fútil».

Ressentimentos históricos, sentimentos de exclusão e marginalização, distribuição desigual dos recursos económicos e dos direitos, subdesenvolvimento, ausência de um processo democrático genuíno são todos fatores interligados e que, conjuntamente, podem originar conflito, sem que nenhum deles possa ou deva ser considerado como primordial. Ainda assim, e apesar desta multiplicidade de causas prováveis, consideramos aqui que os fatores sociais e económicos têm um potencial acrescido de desempenhar

um papel catalisador fundamental de violência, em especial quando associados a padrões continuados de desigualdade entre grupos. Como demonstrado pelo caso do Sudão, o acesso desigual a recursos, serviços, direitos e até poder político, exacerbados pelo falhanço consecutivo das autoridades políticas sudanesas em reverter essas desigualdades, desempenharam um papel fundamental na emergência e perpetuação do conflito (Pantuliano, 2006). O AGP procurou, de facto, ‘curar’ pela via diplomática uma sociedade profundamente dividida e ressentida pondo fim formal a um ciclo de violência que não foi possível terminar pela via militar (Stiansen, 2005: 24), mas mostrou-se incapaz de incluir e responder eficazmente às questões fundamentais relacionadas com inclusão e equidade socioeconómica. Ao mesmo tempo, houve igualmente uma quase completa falta de investimento social e económico no desenvolvimento de longo-prazo do Sul do Sudão.

Apesar das muitas expectativas, e de acordo com atores direta ou indiretamente envolvidos no processo de paz, o AGP não foi assim tão geral, na medida em que não soube ou não foi capaz de incluir os vários grupos e setores da sociedade sudanesa, bem como as suas expectativas e necessidades (Abdelgadir, 2008). Além disso, parecem não ter sido feitos quaisquer esforços para ultrapassar as construções identitárias existentes – frequentemente instrumentalizadas –, de modo a promover a institucionalização de garantias de cidadania equitativas e universais em vez da mera associação a uma determinada identidade étnica ou religiosa (Idris, 2005: 111). Tal como afirmam Iyob and Khadiagala, acordos de paz que são gerais e compreensíveis em nome, mas parciais e limitados nas suas garantias e aplicabilidade, como o AGP, nunca serão suficientes para efetivamente responder às causas mais profundas dos conflitos como o do Sudão (Iyob and Khadiagala, 2006: 16).

Por todas estas razões, e em especial após a independência do Sul, o atual cenário em ambos os países é de uma paz extrema-

mente frágil sustentada em pilares políticos, económicos e sociais muito débeis. Como mencionado antes, a situação no Sul não melhorou, tendo que responder agora e no futuro aos vários e complexos desafios não só políticos, relacionados essencialmente com o reforço de uma liderança mais sólida e menos corrupta, mas também socioeconómicos e que dizem respeito à eliminação da pobreza e à criação de condições físicas e materiais que permitam responder às necessidades mais básicas da população, tais como saúde, educação e emprego para todos.

Em conclusão, com esta análise não procurámos desenvolver uma panaceia geral e universal para conflitos que partilham algumas das características aqui apresentadas, mas acima de tudo chamar a atenção para a necessidade de um entendimento mais aprofundado sobre as múltiplas origens dos conflitos violentos internos, no qual se sublinha o papel essencial desempenhado por outras variáveis que não apenas a diversidade étnica e religiosa, tais como as desigualdades socioeconómicas e os padrões continuados de discriminação entre grupos e que devem, por isso, ser devidamente tidas em conta e acauteladas no quadro das estratégias de resolução de conflitos e *peacebuilding*. Em suma, um entendimento que vá mais além de interpretações e abordagens primordiais e simplistas sobre os conflitos. Nesta perspetiva, uma das tarefas mais fundamentais nos esforços de promoção de uma paz sustentável em qualquer contexto pós-conflito violento consiste no (re)estabelecimento, reforma e/ou transformação das instituições e estruturas políticas, sociais e económicas que promovam recuperação da atividade económica, estabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como estruturas equitativas de distribuição dos recursos (Romeva, 2003). Este processo de transformação política e económica deve, pois, ser capaz de combater as formas de injustiça política e económica. Como menciona Jeong,

[...] as preocupações estruturais são importantes para compreender o conflito e a sua resolução, uma vez que as causas mais profundas do conflito violento podem ser relegadas para aspetos estruturais relacionados com relações antagónicas resultantes de instituições ilegítimas (que proíbem uma distribuição justa do poder e da riqueza) [...]. (Jeong, 2010: 104).

Os múltiplos conflitos que têm devastado o Sudão têm sido, nesta perspetiva, despoletados acima de tudo por exigências de cidadania mais equitativa, justiça social e direitos económicos e sociais para todos (Iyob and Khadiagala, 2006: 15) e não por oporem Muçulmanos e não-Muçulmanos ou por quaisquer outras clivagens. Neste sentido, no caso do Sudão como em tantos outros, enquanto as injustiças socioeconómicas mais profundas não forem devidamente anuladas e todos os Sudanese virem reconhecidos e garantidos os mesmos direitos políticos, civis, económicos e sociais, a paz será sempre frágil e, no pior dos cenários, ilusória.

Referências bibliográficas

- Abdel Gadir, Ali, et al. (2005) «Sudan's Civil War: Why Has It Prevailed For So Long?» in Collier Paul e Sambanis, Nicholas (org.), *Understanding Civil War* (Volume 1: Africa). Washington: The World Bank, 193-220.
- Azar, Edward (1990) *The Management of protracted social conflict: theory and cases*. Aldershot: Dartmouth Publishing Company Limited.
- Azar, Edward (1985) «Protracted International Conflicts: Ten Propositions», *International Interactions*, 12: 59-70.
- BBC (2014) «South Sudan Profile», (<http://www.bbc.com/news/world-africa-14069082>) [18 abril 2014].
- BBC (2014a) «South Sudan conflict: Attack on UN base 'kills dozens'», (<http://www.bbc.com/news/world-africa-27074635>) [18 abril 2014].
- Brown, Michael E (1997) «The Causes of Internal Conflict: an Overview», in Brown, Michael et al. (org.), *Nationalism and Ethnic Conflict (An International Security Reader)*. Cambridge: The MIT Press, 3-25.
- Burton, John (1990) *Conflict: Basic Human Needs*. New York: St. Martins Press.

- Daley, Patricia (2006) «Challenges to peace: conflict resolution in the great lakes region of Africa», *Third World Quarterly*, 27(2): 303-319.
- Dodson, Michael (2006) «Postconflict Development and Peace Building: Recent Research», *Peace & Change*, 31(2): 244-252.
- Duffield, Mark (2001) *Global Governance and the New Wars: The merging of development and security*. London: Zed Books.
- Ellingsen, Tanja (2000) «Colorful community or ethnic witches brew? Multiethnicity and domestic conflict during and after the Cold War», *Journal of Conflict Resolution*, 44(2): 228-249.
- Ferreira, Patrícia, M. (2005) *Identidades Étnicas, Poder e Violência em África: O Conflito no Burundi*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Centro de Documentação e Informação.
- Hasenclever, Andreas e Rittberger, Volker (2000) «Does Religion Make a Difference? Theoretical Approaches to the Impact of Faith on Political Conflict», *Millennium*, 29(3): 641-674.
- Idris, Amir (2005) *Conflict and Politics of Identity in Sudan*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- ISS Africa (2013) «South Sudan mishandles the pro-Machar ‘coup’», Institute for Security Studies Africa (20 dezembro 2013), (<http://www.issafrica.org/iss-today/south-sudan-mishandles-the-pro-machar-coup>) [18 abril 2014].
- Iyob, Ruth e Khadiagala, Gilbert M. (2006) *Sudan: The Elusive Quest for Peace*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Jeong, Ho-Won (2010) *Conflict Management and Resolution: An Introduction*. London: Routledge.
- Jeong Ho-Won (2005) *Peacebuilding in Post-conflict Societies: Strategies & Process*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Johnson, Douglas H. (2003) *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Oxford: The International African Institute.
- Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars*. Cambridge: Polity Press.
- Nkundabagenzi, F. (1999) «Ethnicity and Intra-State Conflict: Types, Causes and Peace Strategies – a Survey of Sub-Saharan Africa», in Scherrer, Christian (org.), *Ethnicity and Intra-State Conflict: Types, Causes and Strategies*. Aldershot: Ashgate, 280-98.
- Omeje, Kenneth C. (2008) «Understanding conflict resolution in Africa», in Francis, David (org.) *Peace and Conflict in Africa*. London: Zed Books, 68-91.
- Pantuliano, Sara (2006) «Comprehensive Peace? An analysis of the evolving tensions in Eastern Sudan», *Review of African Political Economy*, 33(110): 709-720.
- Porto, João Gomes (2008) «The mainstreaming of conflict analysis in Africa: contributions from theory», in Francis, David (org.), *Peace and Conflict in Africa*. London/New York: Zed Books, 46-67.
- Pugh, Michael (2005) «The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective», *International Journal of Peace Studies*, 10(2): 23-42.
- Ramsbotham, Oliver (2005) «The Analysis of Protracted Social Conflict: A Tribute do Edward Azar», *Review of International Studies*, 31: 109-126.

- Ramsbotham, Oliver et al. (1999) *Contemporary Conflict Resolution: The prevention, management and transformation of deadly conflicts*. Cambridge: Polity Press.
- Richmond, Oliver (2007) *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Richmond, Oliver (2004) «The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus», *Cooperation and Conflict*, 39(2): 129-150.
- Romeva, Raul (2003) *Guia de rehabilitación posbélica*. Barcelona: Icaria.
- Sosa, Rodrigo (2004) «Sudán, un conflict sin fin», *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 86: 123-137.
- Stewart, Frances (2002) «Root Causes of Violent Conflict in Developing Countries», *British Medical Journal*, 324(7333): 342-345, (<http://ww1w.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1122271&blobtype=pdf>) [10 junho 2013].
- Stewart, Frances (2002a) «Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development», Queen Elizabeth House Working Paper. Oxford: University of Oxford.
- Stiansen, Endre (2005) «Perspectives on the CPA», *Forced Migration Review*, 24: 24-25.
- UNDP (2009) *Human Development Report*. Nova Iorque: UNDP, (http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf) [10 junho 2013].